

CMN aprova as regras para conversão da dívida

Foto de J. França

BRASÍLIA — O Brasil poderá converter até US\$ 66,1 bilhões de sua dívida externa em investimentos diretos, dentro das regras de conversão aprovadas, ontem, pelo Conselho Monetário Nacional. De acordo com o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, o Governo já recebeu pedido de registro para conversão, desde julho, de US\$ 400 milhões.

Pelas regras aprovadas pelo CMN, a conversão da dívida em investimento estrangeiro poderá ser feita através de leilão ou de forma direta. Cinquenta por cento do valor a ser convertido terão, necessariamente, de ser aplicados nas regiões Norte e Nordeste, no Estado do Espírito Santo e no Vale do Jequitinhonha.

Segundo Milliet, não haverá prioridades para aplicações setoriais. O Presidente do BC disse que a conversão da dívida terá tetos mensais ou bimensais, de acordo com a programação monetária do Governo. Nos leilões, as dívidas serão convertidas em investimentos com deságios a serem negociados diretamente.



Milliet, após a reunião do CMN

As dívidas externas, ainda a vencer do setor público, serão convertidas diretamente através de negociação entre o Governo e os bancos. A

dívida externa privada a vencer também terá de ser convertida diretamente entre as partes interessadas.

Entre os critérios aprovados ontem, e que constam da Resolução 1.416 do Banco Central, está a obrigatoriedade de que os valores resultantes da conversão da dívida não poderão ser utilizados para adquirir o controle de empresas nacionais e que deverão ser destinados a realizar investimentos novos.

Não será permitida a utilização dos recursos da conversão para adquirir empresa estrangeira que queira sair do País. Foi fixado o prazo mínimo de 12 anos para a repatriação dos investimentos diretos através do processo de conversão. O BC baixará três circulares, nas próximas semanas, definindo o que será entendido como investimento novo (poderá ser aumento de capital das empresas, por exemplo) e quais serão as regras para os leilões, que poderão ser realizados através das Bolsas de Valores ou por lances fechados remetidos ao BC.



Bresser disse, na reunião, que País pode ser paralisado à espera da Constituinte, recebendo apoio dos colegas